

Ministério Público ^{Ar} investigará gravação

Marluza Mattos

De Brasília

As conseqüências da reunião entre os três procuradores da República e o senador Antonio Carlos Magalhães, na segunda-feira, estão dividindo o Ministério Público. Ontem, dois participantes do encontro, os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly, divulgaram nota pública criticando a divulgação do conteúdo da conversa entre eles e o senador: "Os procuradores desautorizam qualquer divulgação sobre o conteúdo".

Já o procurador Luiz Francisco de Souza, o terceiro integrante da reunião, garantiu que o relato feito pela imprensa sobre a conversa está correto e foi além: "Não houve pacto confidencial ou pedido de sigilo. Divulguei trechos da conversa e acho que a transparência só contribui para o país".

A reprodução das informações fornecidas por ACM aos procuradores publicada na revista "IstoÉ" deverá ser objeto de investigação interna no Ministério Público, segundo Schelb. "Precisamos saber se houve gravação ou não e de que forma a revista conseguiu as transcrições", declarou Schelb, após salientar que a medida é necessária para manter a credibilidade do Ministério Público.

Schelb e Luiz Francisco trabalham juntos em inúmeras investigações. Uma delas apura as suspeitas de que o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, estaria envolvido em negócios com o desvio de verbas públicas na construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e com o senador cassado Luiz Estevão. "Não assinei a nota dos colegas por que discordo de alguns termos", explicou Luiz Francisco.

As divergências entre os dois procuradores sobre a forma como deveria ser tratada a reunião com ACM ficou evidente na quarta-feira. Apenas ontem, no entanto, o desentendimento tornou-se público. "Eu respeito meus colegas, mas defendo que o Estado é coisa pública e, portanto, nada deve ser ocultado", disse Luiz Francisco. Segundo ele, o ato de tornar público o conteúdo da reunião não é crime. "Caso tenhamos que depor para um juiz, todos os presentes terão que confirmar o que foi publicado na imprensa", insistiu. Luiz Francisco, ontem, preferiu não falar em gravações. Disse apenas que não há uma fita cassete que possa reproduzir a conversa.

Luiz Francisco ainda acredita que a polêmica em torno da reunião não impedirá que ACM entregue ao MP os documentos que prometeu.